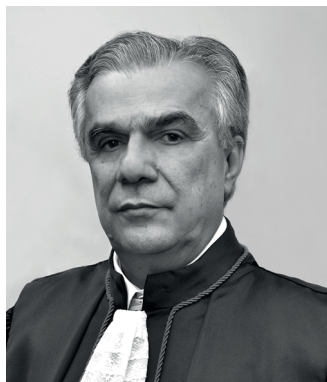




PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR
ROMEU GONZAGA
NEIVA



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR ROMEU GONZAGA NEIVA AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

Romeu Gonzaga Neiva nasceu em Unaí-MG, em 5 de março de 1948, filho de Geny Gonzaga e Vitorina Neiva Gonzaga, casado e pai de três filhos. Formou-se em Direito em 1975, pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Prestou serviços à Secretaria de Justiça de Minas Gerais entre 1963 e 1965 e depois em 1968, bem como à Novacap entre 1966 e 1967. Advogou pela Comarca de Unaí e prestou serviços à Prefeitura daquele município de 1977 a 1979. Em 1980, foi nomeado Defensor Público do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios – MPDFT. Em 1982, foi nomeado Juiz de Direito do Estado de Rondônia. No entanto, escolheu seguir carreira no MPDFT como Promotor Substituto, em 1983. No mesmo ano, foi promovido a Promotor Público. Em 1992, foi promovido por merecimento ao cargo de Procurador de Justiça do MPDFT. Foi membro de bancas examinadoras de concursos para ingresso no cargo de Promotor de Justiça Adjunto,

como examinador de Direito Comercial, Direito Civil e Direito Processual Civil. Foi nomeado Vice Procurador-Geral de Justiça em 27/6/1996. Em seguida, Desembargador do TJDF, em vaga destinada ao MPDFT, em 17/11/1998. Já no TJDF, foi Presidente do Conselho Gestor do Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do DF e dos Territórios – PROJUS de 2003 a 2008. Eleito para o cargo de Segundo Vice-Presidente do TJDF, período 2013-2014. Eleito para o cargo de Corregedor do TJDF, em 21/2/2014, para o biênio 2014-2016. Eleito Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE-DF para o biênio 2016-2018, com posse em 22/4/2016. Em sua trajetória, foi agraciado pelo MPDFT com o Colar do Mérito, em 1998; pelo TJDF, com a comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no grau de Grã-Cruz, em 2000; pelo TRE-DF, com a Medalha do Mérito Eleitoral do Distrito Federal, em 2004; com a Medalha do Mérito Alvorada pelo Governador do Distrito Federal em 2005; e promovido ao grau Grão-Colar pelo Conselho Tutelar da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, em 2010.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva, meu amigo Romeu Gonzaga Neiva, meu irmão em várias oportunidades, Romeu Gonzaga Neiva. Iniciamos nossa amizade há muitos anos, quando nós nos inscrevemos em um concurso para ingresso na carreira do MPDFT, que no início era Defensoria Pública. Era a carreira do Ministério Público. Eu, Romeu, Humberto¹, Romão Cícero², Zenaide³. Eu sei que nós conseguimos alcançar a aprovação. Parece que éramos nove, salvo engano. De lá para cá... Naquela época era uma dificuldade tão grande. Não existia muito concurso, e os poucos que existiam também já não tínhamos muito prazer em fazê-los, a exemplo mesmo deste que nós fizemos, porque o vencimento era uma brincadeira. Eu me lembro que custei a tomar posse. Eu era advogado da Telebrasília⁴. Lá a gente recebia cerca de dezesseis salários em um ano. Participávamos dos lucros da empresa duas vezes ao ano. Foi a única vez que consegui fazer uma poupança na vida. Mas, como gostava do MP, já tinha sido funcionário... O Dr. Dimas Ribeiro da Fonseca⁵, era o Procurador-Geral à época, muito amigo nosso. Foi lá em casa e forçou uma situação. Falou assim: “Não, nós sabemos como é difícil esse concurso, e você não vai deixar essa oportunidade passar. Salário... nós vamos lutar por uma melhoria”. E foi assim que, três meses depois que

todos tomaram posse, é que resolvi também tomar. Saí da Telebrasília e iniciei a atividade lá com o (desembargador) Romeu e o (desembargador) Humberto (Adjuto Ulhôa). Nós aqui no Plano Piloto. Recebi dez varas cíveis, três criminais, duas da fazenda pública. Vinte e cinco estagiários para orientar e corrigir petições. E um contracheque datilografado, todo rasurado ao final do mês, com valor que chegava a menos da metade do que eu ganhava na Telebrasília. E assim foi que, em certa fase da vida, a Ismênia virou para mim e falou assim: “Lecir, arranja outro emprego, porque os nossos filhos estão emagrecendo muito rapidamente”. Aí, foi quando nós resolvemos fazer uma greve de 22 dias com o apoio do Poder Judiciário, do Tribunal, e o último ato que o Presidente Figueiredo⁶, assinou foi o Decreto 22/67 equiparando o MP à magistratura. Os meninos voltaram a engordar, porque a situação melhorou. Retroagiu a janeiro. Nós estávamos mais ou menos em maio, então respiramos, e a situação melhorou. O quadro era muito pequeno, e as varas já superavam o número de promotores e defensores. E a situação piorou ainda mais quando o Tribunal realizou um concurso e levou a metade dos membros do MP. Treze vieram para o Tribunal, cinco para a Procuradoria da República, quatro para os Territórios que estavam sendo transformados em Estados. Aquilo que o Dr. Guimarães Lima⁷, falava, que nós íamos ficar dez anos ajudando os pobres na Defensoria Pública e, em dois anos, nós já éramos promotores, promovidos, porque o quadro

1 Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa.

2 Desembargador Romão Cícero de Oliveira.

3 Dra. Zenaide Souto Martins, membro do MPDFT.

4 Telebrasília – Telecomunicações de Brasília – era o nome da empresa operadora de telefonia do grupo Telebrás no DF antes da privatização (1998). Foi absorvida pela Brasil Telecom, atualmente Oi. No início de sua operação, em 1960, denominava-se Companhia Telefônica de Brasília – Cotelb.

5 Procurador-Geral do MPDFT de 1980 a 1982.

6 General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo foi o 30º Presidente do Brasil, de 1979 a 1985, e o último do período do regime militar.

7 Dr. José Júlio Guimarães Lima, membro do MPDFT de 1960 a 1984.

foi aquela defasagem muito grande. O Tribunal ficou muito satisfeito, porque os que vieram eram membros do MP muito experientes, já começaram a trabalhar e despachar com uma facilidade incrível. Mas eu e o Romeu nos unimos muito. Uma identificação muito grande de amizade, uma coisa até mesmo espiritual. E nós desenvolvíamos as nossas atividades juntos. Conversávamos muito sobre os problemas no MP. Eu sei que foi uma luta muito grande. E, depois, desenvolvemos um trabalho muito árduo com aquelas promoções. A vinda para o Tribunal deixou-me muito realizado na minha vida. E sei que você também está nessa mesma situação, porque nós convivemos muito ainda em outros trabalhos que nós desenvolvemos. Mas gostaria que você, com a facilidade que você tem, a exemplo até da desembargadora Carmelita, que é professora, você é um historiador nato – Romeu conhece História como gente grande – Geografia... Tem uma cultura geral elevadíssima.

Desembargadora Carmelita Brasil

É verdade.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Então, nós gostaríamos de ouvi-lo, porque tudo o que nós falarmos aqui ficará nos anais do Tribunal. Algum dia alguém vai querer saber como é que foi a entrevista do desembargador Romeu, quem participou dessa entrevista e o que aconteceu. Porque nós não temos tempo para contar toda a nossa vida. Mas grande parte poderá tomar conhecimento. Gostaria que você desse um início assim, até do seu nascimento

em uma cidade que a gente gosta muito. Que eu aprendi a gostar e amar também.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Sim, é verdade.

O Lecir fez uma síntese de um trecho da nossa história. Digo da nossa, como ele já esclareceu, da dele e da minha. Na verdade, desembargadora, o período a que ele se refere começa em 1979. Foi quando nós fizemos a inscrição para o concurso do Ministério Público. Até então, eu não conhecia o desembargador Lecir. Todos sabem, ou quem é mais próximo de mim sabe, que nasci em uma cidade que, antes do Distrito Federal crescer como cresceu, era o único município de Minas Gerais que dividia com o Distrito Federal, que é Unaí, onde nasci. A minha família, tanto do lado do meu pai quanto da minha mãe, meus ancestrais são todos dali, meus irmãos e meus sobrinhos continuam morando lá. Como disse o Lecir, pessoalmente tenho um relacionamento muito profundo com a minha cidade. Gosto muito e procuro sempre, naquilo que eu puder e der conta, ajudar. Às vezes até alguma coisa até inconveniente. Mas a gente, quando gosta e quer fazer alguma coisa por aquilo que gosta, a gente acaba comendo até umas pequenas inconveniências.

Mas, na verdade, terminei o curso ginásial, que hoje em dia seria o segundo grau, ou a metade do curso fundamental. À época, a gente falava curso ginásial. Havia o curso primário e cinco anos de curso ginásial, contando com a admissão. Eu fiz tudo isso no Ginásio de Unaí, que foi inaugurado em 1960, já sob a influência muito benéfica da nova capital da República, que, para nós, era um sonho! O meu pai era servidor do

Estado e trabalhava na fronteira, na divisa, como fiscal. E às vezes eu passava férias com ele, o local em que ele trabalhava, desembargadora Carmelita, naquela época, da cidade de Unai até aquele local – ele ficava ali trinta dias, só ele e um empregado – eram dois dias a cavalo. Hoje, são quarenta minutos de automóvel por estrada asfaltada. Passei algumas férias com ele ali, férias de final de ano e de meio de ano, quando a escola fechava. E sempre fui muito curioso e perguntava para ele sobre uma cidade (Brasília), ele falava: “É aqui na frente, dizem que o Presidente (da República) vai fazer uma cidade aí”. Parece que não havia credibilidade ou, pelo menos, no íntimo de um cidadão, ele ficava meio em dúvida se aquela cidade se tornaria realidade.

Naquela época, o caminho natural dos jovens da minha cidade, quando terminavam o ginásio, os que tinham condição financeira, alguns iam para Uberlândia⁸, Uberaba⁹, até para o Rio de Janeiro¹⁰. Outros iam para Belo Horizonte¹¹. E aqueles que não tinham condição financeira ou que tinham pouca condição financeira, o mundo a ser atingido era Paracatu, que era realmente uma “cidade”, principalmente em termos de ensino, bem superior a Unai. Mais antiga. Unai foi desmembrada do município de Paracatu em 1945, mas Paracatu é uma cidade que já tem duzentos e tantos anos e sempre foi bem desenvolvida

8 Uberlândia é o segundo maior município do estado de Minas Gerais. Localiza-se na mesorregião do Triângulo Mineiro.

9 Uberaba é um município do interior do estado de Minas Gerais. Localiza-se na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, próximo ao município de Uberlândia.

10 Rio de Janeiro é um município do Sudeste do Brasil, capital do estado homônimo, foi a segunda capital do Brasil. É a segunda maior metrópole do Brasil depois de São Paulo.

11 Belo Horizonte é a capital do estado de Minas Gerais.

do ponto de vista escolar. Então, já tinha programado, ou pelo menos mentalizado, que, terminado o ginásio em 1964 – terminei em dezembro de 1964 –, iria mudar para Paracatu para continuar os estudos e depois ver o que iria fazer. Mas isso era o que a gente imaginava que iria acontecer em função da tradição. Nesse ínterim, Brasília já estava fazendo a sua inflexão. Aí, meu pai, então, quando terminei o ginásio, que recebi o diploma: “Agora, então, vamos para o científico ou para o curso clássico”. Sempre quis fazer o curso clássico, porque desde pequeno trabalhei na Justiça. Comecei a trabalhar no cartório – Cartório de 1º Ofício da Comarca de Unai. Na época, o judicial e o extrajudicial eram exercidos por um só delegatário. Então, trabalhava no cartório e já manipulava processos. Secretariava juizes, já datilografava...

Desembargadora Carmelita Brasil

Com que idade, desembargador?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Eu comecei com quatorze anos. O meu pai comprou uma máquina de escrever, uma máquina Olivetti Lettera. A melhorzinha que tinha. Portátil. Não sei se ele comprou ou se recebeu em um negócio. Sei que ele levou aquela máquina para dentro da casa da minha avó. Minha mãe tinha morrido, nós morávamos todos na casa da minha avó. E ele todo fim de mês ia concluir o serviço dele, prestar conta daquilo que ele fazia e dar assistência para a família. E ele deixou a máquina lá e fui mexendo naquela máquina e junto veio o manual de aprender. E aprendi sozinho a escrever à máquina. Aprendi sozinho com defeitos etc., mas datilografava e muito bem. Então, tinha um primo que trabalhava no cartório e foi lá em casa e

me viu, falou: “Olha, você vai trabalhar, mas você tem que levar a máquina, porque o cartório não tem máquina.” (risos). (Eu:) “É minha, é nossa”. E levei. Comecei a tirar cópia de procuração, que era uma coisa menos comprometedora. Cópia de escritura ele não deixava.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

É a famosa pública forma¹²?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Não, a gente fazia a cópia mesmo da procuração. Estava lá a procuração no livro, aí você...

Desembargadora Carmelita Brasil

Entregava para a parte aquilo que o senhor datilografava.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Era o traslado. Fazia o traslado.

Desembargadora Carmelita Brasil

Isso, traslado.

12 Cópia integral, exata e certificada, de um documento, feita por tabelião, e que pode substituir esse documento em muitos casos.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Por que procuração? Porque era um documento de menor comprometimento etc., não é?! Eu era uma criança ainda, não é?! Quatorze anos.

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas não tinha vínculo empregatício, tinha?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Não tinha. Alguns cartórios, antigamente, a senhora sabe disso, não recolhiam INSS...

Desembargadora Carmelita Brasil

É isso mesmo.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Não tinha. Mas gostei daquilo que fazia. Estudava de manhã e ia para o cartório. E trabalhava satisfeito, e tudo. Então, minha vida sempre foi na Justiça. Quando chegou a época de definir o prolongamento da formação escolar, entre científico e clássico, já estava decidido – era clássico e eu ia ser advogado. Só que aí mudou, porque meu pai me preparou para me levar para Belo Horizonte, com sacrifício: “Não, você vai estudar em Belo Horizonte”. Eu falei: “Não, agora vou para a capital da República – Brasília”. Janeiro de 1965, dia 20 de janeiro de 1965, eu e uns primos, que o Lecir até conhece...

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Conheço.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Vimos para cá estudar. Matriculamo-nos no Elefante Branco¹³, que era o colégio da época. E a vida completamente diferente, porque saí de uma cidade que mal tinha luz elétrica, não tinha água encanada, não tinha esgoto, não tinha asfalto, não tinha televisão, rádio...

Desembargadora Carmelita Brasil

Quantos habitantes Unai tinha naquela época?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Talvez dez mil habitantes.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah, pequena mesmo.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Muito pequena. Poucas ruas. Então viemos morar em Brasília. E me matriculei no Elefante Branco e arrumei emprego na Novacap¹⁴, no edifício Rio Doce, depois do Teatro Nacional¹⁵. Só tinha esse prédio lá. E fiquei trabalhando...

Desembargadora Carmelita Brasil

Nessa fase com dezessete anos mais ou menos...

-
- 13 Criado em 1960, é o primeiro colégio de ensino médio público de Brasília.
 - 14 Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital – foi criada por meio de lei, em 19/9/1956, pelo então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, com a finalidade de gerenciar e coordenar a construção da nova capital do Brasil.
 - 15 Maior conjunto arquitetônico destinado exclusivamente às artes e localizado no centro de Brasília, na Esplanada dos Ministérios, realizado por Oscar Niemeyer, arquiteto brasileiro famoso que ficou mais conhecido pelos projetos de edifícios cívicos para Brasília.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Eu completei dezoito anos foi quando tirei meu título de eleitor, minha carteira de identidade.

Desembargadora Carmelita Brasil

Já em Brasília.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Já em Brasília. Cheguei aqui com dezesseis anos. Trabalhava na Novacap, com contrato temporário, porque não tinha dezoito anos ainda. De seis em seis meses, o meu contrato era renovado, até completar os dezoito anos.

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas para fazer o que na Novacap? Serviço de escritório?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Serviço de escritório. Eu trabalhava em uma repartição. A gente chamava de repartição, chamada departamento de edificações. O que esse departamento fazia? Ele cuidava da folha de pagamento dos operários que estavam construindo o Palácio do Itamaraty¹⁶ e que estavam concluindo a torre de TV. Eram três mil e tantos contracheques que a gente tinha que fazer. Datilografado, rasurado. Depois envelopar o dinheiro, um a um, e pôr dentro do envelope. Depois, punha em ordem alfabética pelo nome

-
- 16 Sede do Ministério das Relações Exteriores, projetada por Oscar Niemeyer e inaugurada em 1970.

nas caixas, para a gente no dia ir fazer o pagamento: "Fulano. Empregado fulano..." O nome, ou o dedo...¹⁷

Desembargadora Carmelita Brasil

Recebia em dinheiro.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Dinheiro. Moeda corrente. Não tinha esse negócio de cheque, depósito bancário. A maioria dos servidores não tinha nem entrado em um banco. Então, era o meu serviço aqui na Novacap. E estudando. Mas não fui bem sucedido nos dois anos que fiquei aqui. Dois anos e meio, porque quando chegava ao final do ano, embora tivesse notas regulares e suficientes, era jubilado¹⁸ por falta. E naquela época existia o jubramento. Hoje não tem mais isso. Na época era sério. A senhora alcançou isso. O desembargador Lecir alcançou. Então, no ano de 1965, em outubro, fui já chamado pela direção do Elefante Branco, que falou: "Olha, o senhor, se quiser continuar, o senhor continua, mas o senhor já está reprovado. O senhor vai recomençar o ano que vem". Bom, 1966, eu comecei até bem, não faltando, não faltando, mas, quando chegou ao final do ano, aquilo já tinha virado certo vício, de não ir à aula, à noite. Quando foi em 1967, resolvi ir embora,

17 Registro da impressão digital como assinatura de pessoa não alfabetizada.

18 A quem foi imposta a perda do direito de renovar sua matrícula em uma determinada instituição de ensino.

porque, senão, não iria estudar. Parece que Brasília não tinha clima, assim, de estudo ainda. Era...

Desembargadora Carmelita Brasil

Tudo muito solto, sem família, não é?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Era um acampamento mesmo assim. Então, com dezesseis, dezoito anos, a gente não tem aquela...

Desembargadora Carmelita Brasil

É... menino em formação.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Aí, fui para o Rio de Janeiro, que eu só conhecia pelas fotos da revista *Cruzeiro*¹⁹, ou revista *Manchete*²⁰. Aquilo foi um presente. É como se fosse mudar para a Europa hoje. E chegando ao Rio de Janeiro, matriculei-me no Colégio Pedro II²¹ e aí mudou tudo, porque clima de escola. Todos os colegas com quem convivia, amigos, todo mundo estudando. Então, aí, fui até o ano de 1969, quando terminei o segundo grau e me preparei para fazer

19 Revista semanal ilustrada brasileira, lançada no Rio de Janeiro, em 1928, pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand.

20 Revista brasileira semanal, publicada de 1952 a 2000 pela Bloch Editores.

21 Tradicional instituição de ensino público federal, localizada no Rio de Janeiro. Fundada na época do período regencial brasileiro, integrava um projeto civilizatório mais amplo do império do Brasil, do qual faziam parte a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Arquivo Público do Império, seus contemporâneos.

vestibular. Então, resolvi fazer o vestibular em Brasília, em 1970. Voltei para cá no início de 1970. Quando chegou julho de 1970, a UnB não ia fazer vestibular por razões políticas. Então, desanimei...

Desembargadora Carmelita Brasil

Em dezembro de 1969 foi o Ato Institucional²², não é? Aquele clima terrível.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Exatamente, estava tudo conflagrado. E, mais uma vez, abandonei tudo aqui. Voltei para Unaí. Aí, o desembargador Humberto (Adjuto Ulhôa), vou citar o nome dele aqui, já estava fazendo Direito em Belo Horizonte. Já tinha passado no vestibular.

Desembargadora Carmelita Brasil

(Desembargador) Humberto Adjuto Ulhôa.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Humberto Adjuto. Ele me chamou: "Meu, você vai comigo para Belo Horizonte". Eu falei "Vou". E fui.

Desembargadora Carmelita Brasil

As famílias já eram conhecidas?

22 Entre 1964 a 1969 foram decretados 17 atos institucionais pelo regime militar (1964-1985). Eles foram utilizados como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes extraconstitucionais, com a finalidade de combater a "corrupção e a subversão". Os atos tratavam de eleições, sucessão presidencial, demissões sumárias de servidores públicos, cassações de agentes públicos, banimentos ou expulsão do Brasil, prisões, pena de morte, fechamento emissoras de rádio, jornais etc.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Nascemos na mesma rua. Fomos criados na mesma rua.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Eles foram criados juntos.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah, criados juntos.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Na mesma rua, é cidadezinha, não é?!

Então, desembargadora, eu me inscrevi em dezembro de 1970. Fiz a prova em janeiro de 1971. Passei no primeiro vestibular que fiz na vida. Matriculei-me em Belo Horizonte e lá fiquei até formar.

Desembargadora Carmelita Brasil

Na Federal de Belo Horizonte.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como a senhora sabe – a antiga casa de Afonso Pena.²³

Desembargadora Carmelita Brasil

Exatamente.

23 Afonso Augusto Moreira Pena, um dos juristas fundadores da UFMG e político brasileiro. Nasceu em 30/11/1847, em Santa Bárbara-MG, faleceu em 14/6/1909, no Rio de Janeiro-RJ. Foi o 6º Presidente do Brasil, entre 15/11/1906 e 14/6/1909.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

E todo mundo fala com muito orgulho e etc. E foi onde conheci a Sandra, minha mulher. Nós fomos colegas do primeiro dia de aula até a formatura, sentando nas cadeiras ao lado, durante cinco anos. Resolvi casar e a ideia fixa era voltar para Unai, porque queria morar na minha cidade. Para voltar como advogado. Mas o tempo e a vida a gente não governa. Não governa. Fiquei ainda advogando em Unai por volta de uns três anos e meio, de 1976 até vir embora em 1980.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

E a Sandra era professora?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

A Sandra era advogada também. Montou um escritório. Ganhava dinheiro, porque ela trabalhava em cobrança, o que era uma novidade, porque ela tinha experiência. E dava aula em um colégio em Unai. Aulas de noções de Direito para um curso de Contabilidade. Excelente professora. Até hoje tem alunos que encontram com ela e se lembram, e tal. Mas a vida não estava desenvolvendo. Recém-casado, nascido o primeiro filho. Não tinha casa para morar. Pagava aluguel. Não tinha carro. E a coisa não estava indo bem. Quando o doutor Dimas Ribeiro da Fonseca²⁴ – não sei se a senhora o conhece – o doutor Dimas, ele foi do Ministério Público até 1982, quando ele foi convidado para compor o Tribunal de

24 Procurador-Geral do MPDFT de 1980 a 1982.

Justiça de Rondônia, que tinha sido transformado em Estado. Ele estava respondendo pela Procuradoria-Geral, resolveu então ir embora para lá. E, por influência dele, o desembargador Lecir disse que os Estados estavam levando os membros do Ministério Público. Quatro para os Estados. Seriam cinco, porque cheguei a ser nomeado juiz de Rondônia.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Foi nomeado juiz lá.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Mas não tive coragem de largar Brasília. Eu acho até que é compreensível, não é? Fiquei umas duas semanas sem saber o que fazer. E, nomeado para a comarca de Ariquemes²⁵, tinha que tomar posse, entrar em exercício. Mas aí resolvi não fazer isso. Fiz um documento pedindo que desconsiderassem a minha posse e continuei no Ministério Público. No Ministério Público tinha entrado, conforme disse o desembargador Lecir, no concurso de 1979. A nossa posse foi no dia 11 de janeiro de 1980.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

É. Eu fui em março.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Três meses depois. O Lecir chegava, desembargadora, nos corredores do Ministério Público, ainda esnobando a gente, porque era advogado da Telebrasil.

25 Município do Estado de Rondônia, fundado em 21 de novembro de 1977, seu nome é em homenagem à tribo extinta de indígenas Arikeme, antigos habitantes daquela região.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Mostrando o contracheque (risos).

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Mostrando. Ganhando três vezes o que a gente ganhava. Mas, aí, ele acabou vindo, como ele afirmou. Ex-servidor e veio para o Ministério Público. E foi, então, quando nós começamos a caminhada que acabou consolidando a amizade que existe entre nós até hoje. O grupo tinha o desembargador Humberto²⁶ e tinha o Sub-Procurador da República, o Dr. Mardem Costa Pinto²⁷.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah, que eu conheço demais. Se aposentou para voltar para a terra, não é?!

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

E para advogar e tudo. Mas de nós, do nosso grupo, era o mais preparado e o mais inteligente. Ele é sem comparação. Mas resolveu... por motivo que só a ele interessa, aposentou-se muito cedo.

Desembargadora Carmelita Brasil

Aposentou muito cedo.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

E aí, desembargadora, nós continuamos trabalhando em prol do Ministério Público e chegamos a formar, assim, um grupo coeso. Eu, o desembargador Lecir, o desembargador Humberto, na época os três promotores de justiça, e mais alguns outros colegas, o doutor Jesus, que já faleceu,

lá de Luziânia. E começamos a nos dedicar exclusivamente ao Ministério Público, embora pudéssemos advogar.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah, aquela época...

Desembargador Lecir Manoel da Luz

A gente podia. A gente pagava para advogar. Mas nós não advogávamos.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Nós abrimos mão da advocacia para nos dedicar. Vínhamos de manhã para o Ministério Público, almoçávamos por aqui mesmo e ficávamos o dia todo.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Vivíamos o Ministério Público.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

E com isso... Eu digo isso até...

Desembargadora Carmelita Brasil

E o Ministério Público funcionava onde?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

No 7º andar.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah, no 7º andar.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

É.

26 Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa.

27 Membro do Ministério Público Federal, egresso do MPDFT, aprovado no 6º Concurso, realizado em 1979, com posse em 11/1/1980.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Desse prédio aqui (Fórum de Brasília, Bloco A). No 7º e no 5º, não é?!

Desembargador Lecir Manoel da Luz

É.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

E a nossa conduta, nossa e dos outros colegas daquela turma, doutor Adilson Rodrigues, doutora Zenaide (Souto Martins), doutora Terezinha Florenzano...

Desembargador Lecir Manoel da Luz

O próprio Mardem.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

O próprio Mardem, o Romão Cícero (desembargador), que, em 1982, fez concurso para juiz e ficou um ano e pouco no Ministério Público. É... nós mudamos o conceito de trabalhar no Ministério Público. Enfrentamos, inclusive, certa dificuldade, porque os mais antigos não queriam mudar o status quo. Vinham na hora que dava certo, mas tinham o escritório deles lá. Nós não. Nós resolvemos nos dedicar exclusivamente ao Ministério Público.

Desembargadora Carmelita Brasil

Esse é um dado significativo para a história do Ministério Público, não é?! Surgiu aí uma instituição que com o tempo foi cada vez mais fortalecida.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Para a história...

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

É. Participamos – o nosso grupo –, alguns de nós participamos ativamente da inscrição do capítulo do Ministério Público na Constituição. Nós éramos assessores do Procurador-Geral, na época doutor Geraldo Nunes, que coincidentemente tinha sido advogado lá em Unai, assim como o doutor Dimas Ribeiro da Fonseca – a ligação com ele –, porque ele era promotor em Minas, fez o concurso, se não me engano, em 1962 (ou 1960) assumiu a comarca de Unai, a primeira comarca dele como promotor. Casou com uma moça de lá e aí vem toda aquela ligação. Daí a influência dele principalmente sobre mim, que trabalhei junto com ele. Ele como promotor e eu, funcionário de cartório. Então tinha total convivência. Professor de História, do Ginásio. Daí minha ligação com ele. E nós, como assessores da Procuradoria-Geral, tivemos uma participação efetiva. Na época, o Maurício Corrêa²⁸ era senador por Brasília. E ele é quem levava os pleitos do Ministério Público, de um modo geral, para a Constituinte. Então a nossa turma, que parece que o desembargador Lecir estimou em onze, mas acho que nós éramos quinze, porque tinha a Terezinha Florezam, tinha o Erik José do Vale. Éramos uns quinze.

28 Maurício José Corrêa foi um advogado, jurista, magistrado e político brasileiro. Ocupou os cargos de senador, ministro da Justiça e ministro do Supremo Tribunal Federal. Nasceu em 9/5/1934, em São João do Manhaçu-MG; faleceu em 17/2/2012, em Brasília-DF.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Isso mesmo.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

E viemos todos com a concepção totalmente diferente de como trabalhar no Ministério Público. O Ministério Público é a primeira obrigação. Depois, se der tempo, vamos fazer outra coisa. E isso começou a mudar. Os outros que tomaram posse depois de nós, nos concursos subsequentes, já vinham com esse pensamento. E eu acho que isso teve uma diferença muito grande na formação do que é o Ministério Público hoje.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah sim! Sem dúvida.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Fui muito feliz durante o tempo em que estive no Ministério Público. Fui promovido a todos os cargos até que a carreira se concentrou apenas no que é hoje. No início como Promotor Adjunto, Promotor Público, Subprocurador, que é o Procurador de Justiça, e aí a carreira termina. E tive a sorte de passar por todos esses cargos. E fui eleito, por eleição direta, Vice Procurador-Geral quando o desembargador Humberto foi escolhido Procurador-Geral, cabia a ele escolher o Vice. E ele, democraticamente, ao invés de apontar alguém, abriu uma eleição e me pediu que eu me inscrevesse. E me inscrevi. Nós éramos muito amigos. E para a surpresa minha, tive quase 90% dos votos. Então, aí, assumi a Vice Procuradoria-Geral e deixei apenas quando, em 1998, escolhido pelo Tribunal – porque aí foi a grande honra para mim e para minha família ser escolhido como desembargador e nomeado em 1998, quando assumi então a 5ª Turma Cível.

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas, doutor Romeu, eu já ouvi contar algumas vezes, esquecendo a grandeza da instituição do Ministério Público, as dificuldades materiais pelas quais os membros do Ministério Público passaram àquela época. Uma história de umas kombis velhas, de uns pneus furados, direção quebrando...

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Direção quebrando, kombi pegando fogo...

Desembargadora Carmelita Brasil

...Alguma coisa interessante.

Hoje, quem chega com toda essa facilidade material...

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Acha que toda a vida foi assim...

Desembargadora Carmelita Brasil

Acha que sempre foi assim.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Em 1982 ou 1983 a Justiça do Distrito Federal foi instalada nas satélites²⁹: Taguatinga, Sobradinho, Gama...

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Brazlândia.

29 Regiões Administrativas. O Distrito Federal é dividido em regiões administrativas (RAs), a divisão foi estabelecida por meio da Lei nº 4.545/1964. Antigamente, essas RAs eram denominadas apenas de “cidades-satélites”.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Brazlândia. Mas Brazlândia...

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Ligada a Taguatinga.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

...Foi instalada, mas trabalhando no Fórum de Taguatinga, porque não tinha fórum em Brazlândia. O primeiro juiz foi o desembargador Getúlio (Vargas de Moraes Oliveira). E fui designado como defensor em Taguatinga e promotor de Brazlândia. Mas a gente ia direto para o Fórum de Taguatinga. Eu morava na última quadra da W3 (sul). Ia de ônibus. Não tinha carro, não tinha dinheiro para comprar carro. E o Ministério Público não tinha carro para levar a gente. Ia de ônibus. Sentava na primeira cadeira, o ônibus parava lá onde é a rodoviária e de lá a gente ia a pé...

Desembargadora Carmelita Brasil

Tinha tíquete-transporte?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Não. Não existia nada disso. Era o vencimento no final do mês e acabou.

Desembargadora Carmelita Brasil

Pura e simples.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Era isso. E a gente tinha que ir, não tinha desculpa. Eu várias vezes entrava no ônibus... No horário, daqui para Taguatinga, o ônibus estava sempre vazio, porque era o contrafluxo. Mas sentado com os processos aqui e várias pessoas olhando, admiradas. Não sei se era só admiração. Nunca aconteceu nada. Aí progredi um pouco, porque resolveram então colocar, primeiro, uma Variant,³⁰ – para quem não conhece, existia um carro, quase que uma sucata, que o Ministério da Justiça resolveu...

Desembargadora Carmelita Brasil

Não quis mais.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Não quis mais, mandou para nós.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Que veio do Ministério da Justiça, não é? Quis jogar fora. Não jogou fora. Mandou para nós.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Esse carro tinha uma particularidade. O motor é dentro. É mais ou menos igual a Brasília,³¹ que é um modelo mais novo. E a tampa fica dentro do compartimento onde tem um... encostado no banco traseiro. Aí, quando o motorista pegava o retão daqui para Taguatinga e pisava no

30 Veículo modelo perua da *Volkswagen* lançado em 1969.

31 Veículo da *Volkswagen* produzido de 1973 a 1982 e cujo nome foi adotado em homenagem à Capital Federal do Brasil.

acelerador, a tampa levantava e (risos) jogava o monóxido de carbono para dentro do carro.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Dava um sono na gente.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

O olho ardia, aquele negócio... Ou então, as kombis, que...

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Também vieram do Ministério da Justiça.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Nós éramos um apêndice do Ministério da Justiça. Eu me lembro que o Dr. Adilson, promotor em Taguatinga, uma vez a kombi pegou fogo com ele e ele teve que sair correndo com os processos. (risos) Começou a incendiar o motor e ele correndo com os processos. E entrou em uma casa, uma chácara que tem ali, de japonês, que era até... depois virou amigo dele. Então, essa era a nossa vida. Quando fui trabalhar em Taguatinga, não tinha mesa e nem cadeira para sentar. Isso durou uns sessenta dias. Não é igual hoje que você chega e já está tudo arrumado. Aguardei uns sessenta dias.

Desembargadora Carmelita Brasil

Porque o próprio Ministério Público não tinha sede, não é? Como o senhor lembrou, funcionava aqui (no Bloco A do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios).

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Não tinha sede. Funcionava de favor. E quando o Tribunal precisava de espaço, empurrava a gente para um cantinho, até uma hora não caber mais. Era assim.

Estava conversando com a Sandra. Sandra foi promotora, minha mulher. Ela fez concurso inicialmente para oficiala de justiça. Assumi e trabalhou como oficiala de justiça. E não era igual hoje que é setorizado não. A senhora sabe muito bem.

Desembargadora Carmelita Brasil

Muito bem.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

A senhora alcançou isso como juíza. Os oficiais trabalhavam no Distrito Federal todo. Eu, várias vezes, como promotor, saí de madrugada com ela para ir acompanhar no Paranoá, e dirigindo para ela. Como promotor nem saía do carro, porque poderia haver uma interpretação, alguma coisa, não é? Agora, tinha que dirigir para ela para ajudar. Mas a gente nunca teve problema. Ela cumpriu com as obrigações dela, depois ela, em 1994, fez concurso e passou para o Ministério Público, depois do 2º concurso ou 3º, parece. E aí também começou a vida dela como membro do Ministério Público e ela estava me contando estes dias, lembrando que ela estava como promotora substituindo em Brazlândia e, na hora de vir embora, o motorista sumiu. Não me lembro mais quem era. O Lecir deve lembrar porque ele foi servidor lá. Um deles. Ele estava bebendo lá no boteco. Cadê o motorista? Não, ninguém sabia. E era ele e mais dois ou três pessoas que iam na kombi. E ele estava lá em um lugar bebendo e tal. Estava me lembrando de como as coisas funcionavam naquela época, não é?! Não era igual hoje...

Desembargador Lecir Manoel da Luz

É. O motorista sumiu.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Ela estava lembrando-se disso para mim, perguntando o nome. Ah, não vou me lembrar do nome mais. Mas essa era a nossa vida no Ministério Público. Agora, ninguém reclamava. Ah sim, é claro que lutava para melhoria, mas todo mundo cumpria as suas obrigações.

Desembargadora Carmelita Brasil

Exatamente. A luta era tão grande que, não é...

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Cumpria as suas obrigações. Fazia o que tinha que fazer...

Desembargadora Carmelita Brasil

E dava conta, não é?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Dava conta...

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas essa inspiração então para sair do Ministério Público e vir para a magistratura foi mais uma inspiração do Dr. Humberto? Ele que o incentivou?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Não, não. O Humberto veio depois.

Desembargadora Carmelita Brasil

Sim, mas ele era Procurador-Geral e teria incentivado o senhor?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Não. Nunca conversei sobre isso com ele. Na verdade o que aconteceu foi o seguinte: o des. Lecir... é... surgiu a oportunidade e ele pode até contar melhor como é que foi.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

É, na verdade, isso é até uma honra muito grande para nós. Porque... para que sair do Ministério Público e ir para o Tribunal? Sem fazer um concurso, alguma coisa, mas nós vamos entrar como desembargadores. É o quinto constitucional. Está na Constituição. Muita gente não gosta do quinto constitucional, mas paciência, está na Constituição. Nós fomos convidados para vir para o Tribunal.

Desembargadora Carmelita Brasil

Que ótimo.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Era o desembargador Lécio (Resende da Silva) me incentivando; era o desembargador Getúlio (Vargas de Moraes Oliveira); o desembargador Eduardo (Alberto de Moraes Oliveira), irmão do Getúlio; o desembargador Natanael (Caetano Fernandes): "Você precisa vir para o Tribunal, entra para esta lista!". Com o Romeu, do mesmo jeito, com o Humberto também.

Desembargadora Carmelita Brasil

Engraçado. Os colegas que vieram do Ministério Público sempre contam esta história. É sempre alguém incentivando: “Vai...”.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Incentivando.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Mas, desembargadora, eu nunca pensei que teria condições de disputar. Mas isso no meu íntimo. O que almejava era ser Procurador-Geral, aposentar e, aí sim, voltar para advogar em Unaí. De novo, aquele sonho de menino. Porque a gente tem que viver de sonho também. E eu era o Vice Procurador-Geral à época, e surgiu a vaga, então o desembargador Dilermando Meireles³²... ele se aposentou. Lamentavelmente, faleceu em seguida.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah, o Dilermando Meireles. Grande pessoa. Exatamente.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Mas surgiu a vaga dele. E eu não tinha coragem nem de falar que tinha intenção de... Talvez, não quisesse assim, não tivesse definido ainda. Não é que não quisesse...

Desembargadora Carmelita Brasil

Porque não deixa de ser uma guinada.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Muito grande. E preocupava-me exatamente de decepcionar quem depositasse confiança em mim. Então,

ficava... Como Vice-Procurador, havia a possibilidade de substituir o Humberto (Adjuto Ulhôa) como Procurador-Geral. Mas eu fazia todas as sessões no Conselho do Tribunal Pleno, porque o desembargador Humberto, como hoje acontece, muito atarefado, delegava ao Vice e eu fazia. E graças a Deus fiz amizade com todos. Todos gostavam, sei que gostavam de mim. O desembargador Getúlio de Moraes Oliveira uma vez levantou e falou assim: “Escuta, temos que definir quem é do Ministério Público que vamos apoiar aqui. Quero apoiar o seu nome, mas você vai ter que dizer hoje, porque eu não posso ficar preso”. Ele vai confirmar essa conversa. Falei “Eu te dou uma resposta”. Pensei comigo assim, falei assim com ele: “Não, depois...” Aí cheguei em casa, à noite, troquei uma ideia com a Sandra sobre isso. Ela disse...

Desembargadora Carmelita Brasil

“Aceita.”

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

“Aceita”. Aí, no outro dia já cheguei e comentei no Ministério Público: “Olha, vou concorrer ao Tribunal”. E aí todos começaram a me procurar, incentivar e dizer: “Não, acho que você vai representar bem o Ministério Público sim, e vai ser bom”. Feita a eleição da lista sêxtupla, que aí já sou da égide da Constituição de 1988, é, fiquei em primeiro lugar na lista sêxtupla. Depois, foi feita a eleição aqui para reduzir para a lista tríplice. De novo também fiquei em primeiro lugar. Na época, parece-me que eram trinta desembargadores ou 31. Eu tive 28 votos, no primeiro escrutínio.

32 O desembargador José Dilermando Meireles aposentou-se em 8/5/1998 e faleceu em 9/7/1998.

Desembargadora Carmelita Brasil

Unânime, porque sempre tem falta de um e de outro, não é?!

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

É. Lembro-me que a desembargadora à época, hoje ministra (Fátima) Nancy (Andrighi)³³, depois que terminou, ela me procurou... era amiga, ela frequentava a minha casa, muito amiga da Sandra. Ela falou comigo: “Olha, nós estamos admirados! Porque a sua votação foi um escrutínio só, o seu nome alcançou o quórum” etc. Então, entrei na lista e tive a sorte, e aí é Deus que ajuda, para que o Presidente Fernando Henrique, então, me nomeasse como desembargador. Vim, com uma ponta de, como diz o italiano, uma paúra, porque estou saindo de uma Casa que estou há tanto tempo e entrando em uma Casa nova. Mais o período em que eu fiquei, quase quatro anos, fazendo as sessões no Tribunal Pleno.

Desembargadora Carmelita Brasil

Deu uma familiaridade muito grande.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Eu já sentia, mais ou menos, o que era a Casa. E fui muito bem recebido. Todos me deram muito apoio.

33 Ministra Fátima Nancy Andrighi. Foi juíza e desembargadora do TJDF e nomeada, em 27/10/1999, ministra do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Então, comecei a me dedicar ao Tribunal da mesma forma que me dedicara antes ao Ministério Público, sem nunca esquecer a Casa... porque, desembargadora, para quem vem de uma família pobre igual a nossa – e por isso que fiz questão de dizer de quem tinha recursos ia para uma cidade melhor e para quem tinha poucos recursos o horizonte era mais perto – é uma honra chegar até onde a gente chegou.

Desembargadora Carmelita Brasil

E com méritos absolutamente pessoais.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Graças a Deus. Então aquilo para mim era um presente. Então, passei a me dedicar ao Tribunal da mesma forma como sempre me dediquei ao Ministério Público.

Desembargadora Carmelita Brasil

O senhor se lembra de qual foi a Turma que o senhor integrou?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Eu nunca saí da 5ª Turma (Cível). Saí para assumir agora a Administração (Superior)³⁴. Quando entrei na 5ª Turma (Cível) estava lá a desembargadora Adelith (Castro de Carvalho Lopes). O presidente, o desembargador Dácio Vieira. Substituindo estava a desembargadora Sandra De Santis (Mendes de Farias Mello). Comigo quatro, não é? Eu tomei posse no dia 16 de dezembro de 1998. Eu

34 Corregedor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, biênio 2014-2016.

não sei se a senhora se lembra que o palácio foi interdito. O presidente era o desembargador Hermenegildo (Fernandes Gonçalves). E ficamos para retornar depois de fevereiro, quando fizeram os gabinetes nossos aqui (no bloco A).

Desembargadora Carmelita Brasil

É. Improvisaram ali no segundo andar. O Pleno que era em cima.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

É. Exatamente. Viemos todos para cá. E com um detalhe. Quando os trabalhos reiniciaram em fevereiro, eu fui presidir a 5ª Turma (Cível). E poderia até ter declinado. Talvez fosse mais, é... não digo ético, mas simpático, não sei, ter declinado. Mas a desembargadora Adelith disse que não queria. O desembargador Dácio não podia porque estava terminando o mandato; a desembargadora Sandra era convocada; então só tinha eu como integrante efetivo da Turma para assumir a Presidência. Então, sempre digo o seguinte, que as coisas quando vêm para mim vêm, mas vêm para valer. Porque fui presidir, não tinha a menor noção. Tinha assim... de ver. Mas também recebi total apoio, e principalmente da desembargadora Adelith. Como ela me apoiou. Tinha muita experiência. Só que ela ficou pouco tempo, porque seis meses depois ela resolveu ir para outra turma. Foi convidada por outros colegas para integrar outra turma.

Desembargadora Carmelita Brasil

É, a 2ª (Turma) Cível.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

E tinha a vaga. E aí ela foi para lá, aí veio para a minha Turma a desembargadora Haydevalda.

Desembargadora Carmelita Brasil

Haydevalda. Porque a Haydevalda também nunca saiu dessa Turma.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Não. Ficou até aposentar.

Desembargadora Carmelita Brasil

Tanto é que, quando o senhor me fala em 5ª Turma (Cível), eu imagino – mas sei que o desembargador Lecir (Manoel da Luz) chegou depois – lembro-me do senhor, lembro-me do Dácio, lembro-me da Haydevalda, não é?! Que sempre foi muito nossa amiga.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Depois, fui para a 5ª Turma (Cível) e nós nos louvávamos muito no trabalho da doutora Haydevalda. Tínhamos a doutora Haydevalda como uma líder.

Desembargadora Carmelita Brasil

É de uma dedicação ao trabalho também, não é?!

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Ela foi minha Corregedora. E aquilo era uma tranquilidade, porque se eu estivesse errando, com certeza ela iria, não é?... Professora como ela era... não é? Principalmente erros processuais... não é? Porque o erro no direito material é interpretação.

Desembargadora Carmelita Brasil

É, exatamente.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Mas o erro processual não. Eu ficava tranquilo porque falava: “Desembargadora, se a senhora perceber que cometi um erro, por favor...”. (Ela:) “Não, pode deixar”. Então, era uma tranquilidade.

Desembargadora Carmelita Brasil

Uma pessoa de fácil trato, não é? Muito amável. A Adelith também é uma colega que sempre distinguiu muito os demais, não é? Sempre aprendi muita coisa com a Adelith em matéria de delicadeza com os colegas. Ela era inexcedível neste ponto. Sim, mas aí Vossa Excelência permaneceu na 5ª Turma (Cível) e depois veio o grande amigo e irmão, desembargador Lecir, mas de repente o senhor se vê de braços com uma atividade que não tem nada a ver com a judicante, que é a Administração, não é? Passou pela Vice-Presidência, agora passa pela Corregedoria. A sua visão do Tribunal em si mesmo mudou muito com essa passagem pela Administração?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Muito, muito, muito. Acho que, se fosse possível – e a senhora sabe disso, a senhora está administrando também –, todos os colegas deviam passar pela administração, para ver a dificuldade que é. A dificuldade material não é a pior, porque esta todos nós estamos nela. A dificuldade de compreensão de muita coisa. A dificuldade até de segurança para tomar uma decisão. O juiz não é feito para administrar. O juiz passa durante muitos anos administrando o gabinete

dele, o processo dele. De repente ele é chamado para colaborar e ele tem que vir para colaborar com o Tribunal assumindo um cargo de administração, como se fosse um administrador de empresa. E ele não está preparado para isso. Além de não estar preparado, os anos e anos de judicatura formam um pensamento todo à parte no cidadão. O cidadão que tem a formação como juiz, como magistrado, ele tem uma visão e um pensamento totalmente diverso e peculiar em relação a outro cidadão, que está no mundo, que está aí trabalhando fora, na vida privada. Tem uma concepção de administração que o magistrado quando chega para administrar, ele tem a formação um pouco modificada ou às vezes até muito prejudicada em função da própria prática da judicatura, que é uma prática difícil. Quando falam que, poeticamente, é um sacerdócio, tudo bem, poeticamente... Mas no fundo, no fundo, é um sacerdócio, porque nós não podemos fugir às nossas obrigações. Temos que decidir... temos que examinar... temos que contrariar. E às vezes contrariar os dois lados. Mas faz parte daquilo que você escolheu. Alguns dizem que aquele que não tem certa coragem, não se meta a ser juiz, porque vai ter dificuldade de sobreviver.

Desembargadora Carmelita Brasil

É verdade. Como grandes pensadores destacaram, a qualidade primordial do juiz é a coragem, não é? Que tem que vir em primeiro lugar. Mas nos fale um pouco também da Corregedoria. Foi muito espinhosa essa missão de ser o nosso Corregedor?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Desembargadora, passei pela Segunda-Vice, que foi o meu, digamos, test drive na

viagem para a Corregedoria. Porque a Segunda-Vice começou com o desembargador Lecir com um ano e eu fiquei um ano também. E é um órgão que agora está se expandindo com o desembargador Waldir Leônico (Cordeiro Lopes Júnior), por causa de ser recente. A passagem pela Corregedoria, desembargadora, para mim, está sendo de uma utilidade fora do comum; primeiro, porque, à medida que o tempo passa, vai impregnando em mim segurança. Segurança para assumir desafios. Quando falavam que eu ia ser Corregedor, as brincadeiras eram: “Lh, não sabe o que você vai pegar”. Não vejo a Corregedoria como um espinho tão forte, tão intratável como alguns colegas costumam dizer. “Ah, a Corregedoria é muito espinhosa”. É! Mas não também assim de te levar a renegar. Não, ao contrário. No meu pensamento, a possibilidade que a Corregedoria nos dá de conhecer os meandros do ser humano. E, principalmente, de conhecer seres humanos que você tem ascendência sobre eles do ponto de vista profissional. Essa oportunidade é ímpar. São poucas funções que permitem isso. A Corregedoria permite que você conheça o ser humano na verdadeira acepção da palavra – o que é ser humano. Conhecer, por exemplo, um colega que eu não vou declinar o nome. Recebi informações de que o colega tinha que ser chamado “às falas”, porque não trabalhava, porque os advogados estavam reclamando que os processos não andavam. E todos chegaram para mim, aqueles que trabalhavam do meu lado: “Olha, o senhor tem que tomar uma decisão, uma atitude contra o colega fulano”. E quando falava em atitude, normalmente eram aquelas atitudes de impor alguma coisa. Eu falei: “Ô, meu Deus, é a provação. Assumi, agora eu vou...” E chamei um dos juizes que colaboram com a gente e falei: “Olha, você vai me fazer um favor, você vai lá ao colega, mas não diga que você foi porque o Corregedor mandou. Você foi para ver como que está a situação dele e no que

nós podemos ajudar. E com isso você vai trazer um diagnóstico do que está acontecendo”. O juiz eu posso dizer o nome: é o doutor Pedro Yung-Tay, que até há poucos dias era juiz assistente da Corregedoria. O doutor Pedro é uma pessoa formidável. Quando o Pedro chegou ao final da tarde, ele ficou lá umas horas: “Desembargador, a situação é mais difícil do que nós estamos imaginando”. Eu cheguei a sentar na cadeira e falei: “Nossa, então o problema...” (O doutor Pedro:) “Não é o problema, é a pessoa do juiz. Ele saiu chorando. O juiz começou a contar a vida dele e começou a chorar. Com certeza ele está passando por dificuldade de saúde. Não quis falar, mas quem conversa com ele, percebe isso.” Então, diante deste diagnóstico, nós estabelecemos uma estratégia, pedi que ele viesse à Corregedoria, não como intimado, mas que ele fizesse uma visita. Lá eu disse para ele por que queria conversar com ele. E aí ele abriu o jogo para mim. Ele disse que estava com muito problema, muita depressão, com dificuldade de relacionamento e chegava ao gabinete para trabalhar, olhava para os processos e vinha aquele desânimo, pensando seriamente em largar a magistratura.

Desembargadora Carmelita Brasil

Hum. Chegou a esse ponto?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Chegou a esse ponto. Aí falei: “Não, você não vai fazer isso não. Nós vamos trabalhar em conjunto”. Ah, e tinha um pouco de álcool, bebida. E este quadro normalmente leva a isto.

Desembargadora Carmelita Brasil

Leva. E o alcoolismo hoje é uma doença mesmo, não é?

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Não chegava a ser um alcoolismo, mas era uma tendência. E o colega entendeu. Em vez de o Corregedor causar nele temor, causou foi ânimo. E nós traçamos a estratégia. Fizemos uma forma de ajudá-lo. É claro que o Tribunal... a Corregedoria tem as ferramentas. Por exemplo, tem o Nupmetas (Núcleo Permanente de Gestão de Metas) e aí a gente faz todo aquele trabalho. Desembargadora, seis meses depois da ajuda, ele chegou ao meu gabinete acompanhado da esposa para me agradecer. Falei "Não, você não tem que me agradecer." (Ele:) "Agradeço a você, a minha vida mudou completamente. Para quem queria há meses atrás deixar de ser juiz, hoje eu quero progredir na minha carreira".

Desembargadora Carmelita Brasil

Que maravilha!

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Então isso para mim foi uma vitória. E está até hoje trabalhando. E continua trabalhando, vai para dois anos.

Desembargadora Carmelita Brasil

A Justiça do Distrito Federal – não é, desembargador Romeu? A gente tem até um pouco de acanhamento em reconhecer isso, mas é uma Justiça de alta qualidade.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Ah, não tenha dúvida. Facilita a vida dos corregedores e administradores.

Desembargadora Carmelita Brasil

Os nossos juízes são muito bons.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

O nível de juízes e servidores é um nível assim linear, uniforme, que a gente não encontra nos Estados. Nossa situação é peculiar. Nós temos isso. O recrutamento é muito bom, tanto de servidores quanto de juízes, e as condições de trabalho, a estrutura... A Justiça, embora muitas vezes incompreendida, aquela história de que nós somos uma Justiça cara. Não é que nós somos uma Justiça cara. É que os administradores, de um certo momento em diante, resolveram então dar condições ideais para exercer a função.

Desembargadora Carmelita Brasil

Justamente.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Basta a gente viajar uma hora aqui para Goiás ou para Minas e ir em qualquer comarca do interior para ver em que condições que os juízes estão trabalhando, os servidores estão trabalhando. E exigidos da mesma forma como nós somos exigidos. Mas graças a Deus e aos colegas administradores que antece-

deram, as condições daqui são incomparáveis, não é? E isso, então, desembargadora, facilita a vida do Corregedor. Digo para a senhora com toda a sinceridade: acho que o exercício da Corregedoria, essa análise faço sem medo de errar, não é nada diferente, do ponto de vista de trabalho para a pessoa que está no cargo, do que outro cargo da administração. É diferente, é diferente... tratar mais diretamente com o ser humano. Eu estou muito feliz, fiquei muito feliz de passar pela Corregedoria. Cumpri e estou procurando cumprir as minhas obrigações. A senhora sabe disso, a senhora está próxima de mim ali na (1ª) Vice-Presidência. Tem dia que sinto, mas estou ali para cumprir. O Tribunal não é meu. Eu vou devolver o cargo daqui a uns meses. Terminado o meu mandato, alguém vai ter que assumir aquele cargo, e tenho a obrigação, se não tiver condição de melhorar aquele cargo, devolver, pelo menos, como recebi para que o colega que for assumir daí para frente tenha condições de trabalhar. Então, acho que a Corregedoria pode melhorar, inclusive, para ter uma participação mais efetiva. O nosso Tribunal está crescendo muito. A administração no 1º grau, embora não oficialmente, mas de fato, ela é do Corregedor, porque os colegas juízes, quando têm dificuldades, o primeiro lugar que eles procuram é o Corregedor. E o corregedor tem que ter a sensibilidade de ouvir e dar o braço para, junto com ele, procurar a solução. Porque o primeiro lugar que o juiz tem para pedir socorro é a Corregedoria. Eu compreendi isso nos primeiros dias. Quando vi alguns colegas reclamando não comigo pessoalmente, mas com algum juiz assistente e eu concluí: é um paradoxo, porque nós estamos falando de Corregedoria.

Desembargadora Carmelita Brasil

Exatamente.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Mas aqui eu acho que é um porto seguro do juiz, porque é o lugar mais próximo onde ele tem condição de conversar. Procurei e estou procurando encerrar meu mandato na Corregedoria agindo desta maneira. Porta aberta, atendendo a todos e tentando compreender, ainda quando obrigado a analisar, infelizmente, alguma coisa do ponto de vista comportamental, tentando compreender o porquê que aquilo aconteceu. Porque se a gente tiver noção do porquê da conduta que a gente está obrigado a examinar, ao final a gente vai saber o que vai fazer.

Desembargadora Carmelita Brasil

E corrija para não acontecer de novo.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Exatamente. Ou às vezes até entender que não tem que aplicar uma penalidade ou uma punição. Coisa nenhuma, tem mais é que dar força para que aquilo não volte a acontecer mais. Então, isso para mim foi um aprendizado. Eu confesso de público, estou muito satisfeito de ter assumido a Corregedoria.

Desembargadora Carmelita Brasil

Doutor Romeu, o nosso tempo infelizmente está acabando. A entrevista tem a duração de uma hora, presumivelmente. E esta hora já se escoou. O nosso colaborador já nos avisou com relação a isso. O Memorial, a Primeira Vice-Presidência e eu, em particular, queremos agradecer muito a presença de Vossa Excelência. Dizer que permanecer registrado na memória do Tribunal a sua história é algo que merece ser destacado. Pela grandeza da sua pessoa, das suas atitudes, da sua inteligência.

Da maneira como Vossa Excelência presta a judicatura. Então, os nossos agradecimentos. Deixo o desembargador Lecir também para fazer um fecho. E logo em seguida para que o senhor se despeça do Programa Memória Oral.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Pois não.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

É. Nós gostaríamos que este trabalho se estendesse por mais umas duas horas, porque as histórias que a gente sabe de Unai dão saudades. Eu até gostaria de contar uma passagem, que tomei conhecimento, em que o Romeu ri muito quando eu conto esta história. Ele disse: “Olha, o Lecir disse que é da minha terra”. É o seguinte – vai ser bem rápido: É... existia aí em Unai um sanfoneiro extremamente habilidoso com o instrumento e ele tocava sanfona nas festas do interior, nas fazendas. Tinha uma festa, chama o fulano que ele vai tocar para nós. E ele tocava aquilo maravilhosamente bem. Um dia teve um tiroteio, deram tiro para todo o lado. Uma bala pegou no peito do sanfoneiro e ele morreu ali naquela hora, com a sanfona no colo. Terminada a festa, com aquela confusão, no dia seguinte o delegado falou: “Bom, agora vamos lá recolher o corpo e lavrar um laudo da situação para nós iniciarmos a instauração do inquérito policial”. Quando ele está se preparando para ir para a fazenda, ele recebe a visita de um funcionário que tinha chegado de Belo Horizonte.

Era um perito

criminal. E o perito: “Olha, eu estou me apresentando para trabalhar aqui.” Ele falou: “Olha, você chegou a uma hora boa. Porque você é um perito criminal, você nos acompanhará até o local onde está o cadáver e fará um laudo preliminar do local.” Ele falou: “É comigo mesmo”. Chegaram lá, ele deu início ao laudo. Começou assim: “Trata-se de um cadáver do sexo masculino, cor parda, de aproximadamente 35 anos de idade, pesando aproximadamente 72 quilos, tendo ao seu colo um acordeão cor vermelha, oitenta baixos, marca Scandale, e pela posição dos dedos enrijecidos, tocava ele Saudade do Matão” (risos).

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Isso que é um auto de corpo de delito bem feito, não é? (risos) Mas, desembargadora, veja a senhora, então, o relacionamento que nós temos e é fato que a gente, até para descontrair, quando a gente reunia todo o grupo, tanto no Ministério Público, quanto já aqui no Tribunal, então estas brincadeiras, até em homenagem à própria tranquilidade que tanto o Ministério Público quanto o Tribunal deram para a gente trabalhar. Porque o ambiente do Tribunal é excelente de trabalho, não é?

Desembargadora Carmelita Brasil

É, exatamente.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Não tem malquerença, rancor... então só não fica feliz trabalhando aqui aquele que não gosta de felicidade, que não quer a felicidade. Porque ele vai encontrar, pelo menos, a tranquilidade ele vai encontrar em qualquer lugar. E quero aproveitar então para dizer para a senhora... Que a senhora disse que o Tribunal

através desse registro fica honrado. A honra é minha. Veja a senhora que eu estou deixando aqui a minha imagem e minha lembrança para a posteridade. Não são todas as pessoas que têm este privilégio. E considero isso uma honra e, mais uma vez, me sinto engrandecido na caminhada que fui obrigado a fazer na minha vida. Quero dizer para a senhora que tenho um orgulho muito grande do meu Tribunal. Nos encontros de Corregedores aí afora e tenho que ter um cuidado até para não ser meio chato. De ficar louvando, enaltecendo, tecendo louros ao Tribunal, porque fica meio pedante. Mas não tem nada disso. Porque é um sentimento que tenho. Eu tenho esse Tribunal, o nosso Tribunal, em uma alta conta. E não tenho dúvida, se não é o melhor, é um dos melhores. E isso é fruto de todos que, desde o primeiro dia, como a senhora conhece e sabe, todos os que vieram e prestaram seu apoio na administração e na consolidação da Justiça do Distrito Federal. Acho que isso foi uma sorte que a população do Distrito Federal teve, de contar com pessoas abnegadas, de inteligência e de vontade de deixar algo com essa grandeza e com essa qualidade que é a Justiça do Distrito Federal. Eu sempre que tenho a oportunidade digo: o cidadão brasileiro pode sim ter orgulho da sua Justiça. Tem uns percalços aqui e ali, porque nada é perfeito e nem deve ser perfeito, porque seria até certo pedantismo querer ser perfeito. Perfeito só existe uma entidade. Mas a nossa Justiça, o cidadão, repito, pode ter orgulho dela. Se não for a melhor, é uma das melhores, e o cidadão brasileiro é bem servido da Justiça. E agradeço – me despeço de todos, me despeço dos servidores e agradeço à senhora o convite para gravar.

Desembargadora Carmelita Brasil

Nós que agradecemos. Muito obrigada.

Desembargador Lecir Manoel da Luz

Nós que agradecemos a sua presença também a este evento, que vai marcar época, viu?!

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

Obrigado.

«fim»

DATA DA ENTREVISTA

17/2/2016

LOCAL

Memorial TJDFT – Espaço Desembargadora Lila Pimenta
Duarte, Brasília-DF

ENTREVISTADO

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

ENTREVISTADORES

Desembargadora Carmelita Brasil
Desembargador Lecir Manoel da Luz

TRANSCRIÇÃO

Celso Mendes Lobato – NUAMI

REVISÃO

Virgínia Reis da Costa – SERAMI (Transcrição)
Núcleo de Revisão Textual – NURT (Texto)

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
HISTÓRIA ORAL

DESEMBARGADOR
ROMEU GONZAGA NEIVA

NUAMI
Núcleo de Apoio à Preservação
da Memória Institucional

SEGD
Secretaria de Gestão
Documental

PVP
Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT